













**Atenção:** Para responder às questões de números 16 a 20, considere o poema abaixo. As questões 16 e 17 se baseiam também nos textos III e IV.

### Banguê

*Cadê você meu país do Nordeste  
que eu não vi nessa Usina Leão de minha terra?  
Ah, Usina, você engoliu os banguinhos do país das  
Alagoas!*

*Você é grande, Usina Leão!*

*Você é forte, Usina Leão!*

.....  
*Onde é que está a alegria das bagaceiras?  
O cheiro bom do mel borbulhando nas tachas?  
A tropa dos pães de açúcar atraindo arapuás?  
Onde é que magem os meus bois trabalhadores?  
Onde é que cantam meus caboclos lambanceiros?  
Onde é que dormem de papos para o ar os bebedores  
de resto de alambique?  
E os senhores de espora?  
E as sinhás-donas de cocó?*

.....  
*O meu banguinho era tão diferente,  
vestidinho de branco, o chapeuzinho do telhado sobre os  
olhos,  
fumando o cigarro do boeiro pra namorar a mata virgem.  
Nos domingos tinha missa na capela  
e depois da missa uma feira danada:  
a zabumba tirando esmola para as almas;  
e os cabras de faca de ponta na cintura,  
a camisa por fora das calças:  
"Mão de milho a pataca!"*

*"Carretel marca Alexandre a doistões!"  
Cadê você meu país de banguês  
com as cantigas da boca da moenda:  
"Tomba cana João que eu já tombei!"  
E o eixo de maçaranduba chorando  
talvez os estragos que a cachaça ia fazer!*

.....  
*Cadê a sua casa-grande, banguê,  
.....  
com as suas Donanas alcoviteiras?  
Com seus Totôs e seus Pipius corredores de ca-  
valhadas?*

*E as suas molecas catadoras de piolho,  
e as suas negras Calus, que sabiam fazer munguzás,  
manuês,*

*cuscuçuz,  
e suas sinhás dengosas amantes dos banhos de rio  
e de redes de franja larga!*

*Cadê os nomes de você, banguê?*

.....  
*Ah, Usina Leão, você engoliu  
os banguinhos do país das Alagoas!*

**Glossário** – banguê: engenho de açúcar primitivo, movido a força animal.

(LIMA, Jorge de. **Poesias Completas**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1974, v. I, p. 161-163)

16. Retomando as observações constantes dos **Textos III e IV**, a afirmativa correta sobre Jorge de Lima, a exemplo do poema transcrito, é:

- (A) Os recursos técnicos de que esse poeta se vale na composição de seus versos o aproximam, na escolha de temas, de autores de outras regiões brasileiras.
- (B) Sua poesia é demonstração de um regionalismo genuíno, vivenciado pelo poeta em contato com a realidade nordestina, sua história e tradições.
- (C) A perícia literária desse poeta na arte de fazer versos é, por si só, suficiente para comprovar o valor de sua obra, direcionada para temas que abarcam a realidade brasileira.
- (D) Sua vivência nos engenhos de açúcar do Nordeste lhe permite uma identificação com os trabalhadores que produziam o açúcar na época colonial.
- (E) A linguagem familiar e cotidiana empregada pelo poeta diminui o valor literário de seus poemas, apesar da descrição de amplos painéis de costumes nordestinos.

17. *Da boa e legítima comoção que é a que vem da simplicidade, que é a que sai das fontes mais preciosas do coração.*

O poema comprova a afirmativa acima, transcrita do **Texto III**, com

- (A) a associação entre o esforço do trabalho manual e a doçura do açúcar produzido.
- (B) as referências a algumas pessoas que constituem a convivência familiar do poeta.
- (C) a diversificada atividade dos engenhos, que exige especialização do trabalhador.
- (D) o reconhecimento das crenças populares que permeiam a rotina de trabalho.
- (E) o uso de linguagem familiar marcada por diminutivos que indicam afetividade.

18. A afirmativa correta, considerando-se o assunto do poema, é:

- (A) Apesar da importância econômica do açúcar na época colonial, os pequenos engenhos acabaram abandonados por falta de mão de obra qualificada.
- (B) A narrativa dinâmica das atividades econômicas de um tempo passado busca retomar tradições e costumes esquecidos pela população.
- (C) A referência a costumes da época colonial constitui uma celebração das tradições do povo brasileiro, mantidas pela prática religiosa.
- (D) A retomada de fatos históricos do Brasil aponta para as dificuldades enfrentadas pela população em sua rotina de trabalho.
- (E) A descrição do banguê tem efeito lírico, valorizando a imagem saudosista de um passado já distante, absorvido pelo progresso.

19. Ficam implícitas no poema as

- (A) atitudes de desprezo dos senhores de engenho pelas miseráveis condições de vida dos trabalhadores, sujeitos a uma rotina desumana.
- (B) raízes da miscigenação, como resultado inevitável da convivência diária entre senhores brancos e escravos, na época colonial.
- (C) bases dos constantes conflitos entre senhores brancos poderosos e trabalhadores em regime de escravidão nos engenhos do país.
- (D) normas sociais e econômicas que se estabeleceram com base no trabalho desenvolvido nos engenhos de açúcar nordestinos.
- (E) condições miseráveis em que vive, ainda hoje, boa parte da população brasileira, principalmente em regiões mais afastadas e pobres do país.



20. O poema alude

- (A) a elementos de cultura popular e de tradições nordestinas, misturados aos hábitos cotidianos dos pequenos engenhos de açúcar da época colonial.
- (B) aos pequenos comerciantes brasileiros, na época dos engenhos de açúcar, que vão desaparecendo em razão da interferência de um poder econômico maior.
- (C) à presença de valores econômicos estrangeiros na região nordeste, restando apenas à sua população, carente de recursos, apegar-se a manifestações religiosas.
- (D) ao progresso resultante das transformações econômicas e sociais ocorridas em determinada época, a partir de certas influências estrangeiras no Nordeste.
- (E) ao desenvolvimento regional propiciado pela produção de açúcar no Nordeste, desde o surgimento de pequenos engenhos até sua substituição por grandes usinas.

### Raciocínio Lógico-Matemático

21. Considere verdadeiras as afirmações:

- I. Se Ana for nomeada para um novo cargo, então Marina permanecerá em seu posto.
- II. Marina não permanecerá em seu posto ou Juliana será promovida.
- III. Se Juliana for promovida então Beatriz fará o concurso.
- IV. Beatriz não fez o concurso.

A partir dessas informações, pode-se concluir corretamente que

- (A) Beatriz foi nomeada para um novo cargo.
- (B) Marina permanecerá em seu posto.
- (C) Beatriz não será promovida.
- (D) Ana não foi nomeada para um novo cargo.
- (E) Juliana foi promovida.

22. Dos 46 técnicos que estão aptos para arquivar documentos 15 deles também estão aptos para classificar processos e os demais estão aptos para atender ao público. Há outros 11 técnicos que estão aptos para atender ao público, mas não são capazes de arquivar documentos. Dentre esses últimos técnicos mencionados, 4 deles também são capazes de classificar processos. Sabe-se que aqueles que classificam processos são, ao todo, 27 técnicos. Considerando que todos os técnicos que executam essas três tarefas foram citados anteriormente, eles somam um total de

- (A) 58.
- (B) 65.
- (C) 76.
- (D) 53.
- (E) 95.

23. Gabriel descobriu pastas antigas arquivadas cronologicamente, organizadas e etiquetadas na seguinte sequência:

07\_55A; 07\_55B; 08\_55A; 09\_55A; 09\_55B; 09\_55C; 09\_55D; 09\_55E; 10\_55A; 10\_55B; 11\_55A; 12\_55A; 12\_55B; 12\_55C; 01\_56A; 01\_56B; 02\_56A; 02\_56B; 03\_56A; xx\_xxx; yy\_yyy; zz\_zzz; 04\_56B.

Sabendo-se que as etiquetas xx\_xxx; yy\_yyy; zz\_zzz representam que o código foi encoberto, a etiqueta com as letras yy\_yyy deveria, para manter o mesmo padrão das demais, conter o código

- (A) 03\_56C.
- (B) 04\_57C.
- (C) 04\_56C.
- (D) 03\_56B.
- (E) 04\_56A.

24. Considere a seguinte afirmação:

Se José estuda com persistência, então ele faz uma boa prova e fica satisfeito.

Uma afirmação que é a negação da afirmação acima é

- (A) José estuda com persistência e ele não faz uma boa prova e ele não fica satisfeito.
- (B) José não estuda com persistência e ele não faz uma boa prova ou fica satisfeito.
- (C) José estuda com persistência ou ele faz uma boa prova ou ele não fica satisfeito.
- (D) José estuda com persistência e ele não faz uma boa prova ou ele não fica satisfeito.
- (E) Se José fica satisfeito então ele fez uma boa prova e estudou com persistência.

25. Em uma sala um grupo de 21 pessoas criou um jogo no qual, após um apito, uma das pessoas da sala coloca um chapéu e conta um segredo para outras duas pessoas e sai da sala. Após o segundo apito, cada um daqueles que ouviram o segredo coloca um chapéu e conta o segredo para duas pessoas que estão sem chapéu, e saem da sala. O terceiro apito soa e cada um daqueles que ouviram o segredo coloca um chapéu, conta para duas pessoas e sai da sala. Após o quarto apito o mesmo procedimento acontece. Após o quinto e último apito, o mesmo procedimento acontece e todos haviam ouvido o segredo pelo menos uma vez e, no máximo, duas vezes, exceto a primeira pessoa. O número daqueles que ouviram o segredo duas vezes é igual a

- (A) 8.
- (B) 10.
- (C) 11.
- (D) 12.
- (E) 9.

**Noções de Gestão Pública**

26. O grau de maturidade na gestão de processos define a maturidade a partir de níveis, que medem a evolução da instituição quanto às práticas de gestão/gerenciamento de processos. O Guia de Gestão de Processos do Governo do Brasil (2011) descreve a maturidade do processo segundo níveis, utilizando, como um dos modelos a visão da *Society for Design and Process Science* – SDPS, sendo o
- (A) Nível 2 – Processos Padronizados: os processos são executados de maneira *ad hoc*, o gerenciamento não é consistente e é difícil prever os resultados.
- (B) Nível 5 – Processos Gerenciados: o desempenho dos processos é gerenciado estatisticamente durante a execução de todo o *workflow*, prevendo seus resultados.
- (C) Nível 1 – Processos Modelados: os processos são identificados a partir de seus valores, de seus impactos/motivações/características, das sincronias envolvidas e de seus efeitos colaterais.
- (D) Nível 3 – Processos Simulados: os processos são realizados conforme os modelos desenhados, e a observação das novas condições exigidas induz a constantes adequações.
- (E) Nível 4 – Processos Interoperados: os padrões consolidados com base nas melhores práticas propiciam uma economia de escala e base medida estatisticamente.
27. No Brasil, o modelo de Administração Pública Gerencial, conceituado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado,
- (A) propõe a transferência à iniciativa privada, por meio da privatização, das atividades não exclusivas de Estado e retomada, pela publicização, das atividades de interesse público.
- (B) adota, no plano da estrutura organizacional, ampla verticalização com ampliação dos níveis hierárquicos e competências claramente definidas.
- (C) busca a eficiência da atuação pública, com redução de custos, aumento de qualidade, coibindo a competição administrada no interior do Estado.
- (D) introduz o conceito de monitoramento de resultados, a partir do estabelecimento de indicadores, utilizados para promover a ascensão dos servidores, a exemplo das práticas adotadas pela iniciativa privada.
- (E) propugna a alteração da forma de controle, que deixa de se basear nos processos para se concentrar nos resultados, com foco na satisfação do usuário.
28. O modelo de excelência em gestão da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, aplicável, com adaptações, à Administração pública, consiste na representação de um sistema gerencial constituído por diversos fundamentos e critérios, entre os quais se inclui
- (A) liderança, geração de valor e visão de futuro.
- (B) aprendizado organizacional, cultura da inovação e flexibilidade de propósitos.
- (C) alocação otimizada de pessoal, redução de custos e gerenciamento de riscos.
- (D) mapeamento de competências, meritocracia e remuneração por resultados.
- (E) enxugamento de custos, adoção de *benchmarking* do setor privado e mobilidade funcional.
29. Acerca do conceito de Gestão por Competências, considere:
- I. Contempla, como sua etapa final, o mapeamento das competências necessárias à instituição.
- II. Adota um sistema de promoção dos empregados de acordo com as competências identificadas em sistema de avaliação de desempenho.
- III. Busca a redução das lacunas identificadas entre as competências requeridas pela organização e aquelas já disponíveis na organização.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) II.
30. O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, exercendo sua atribuição de coordenar o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário, editou a Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que
- (A) cria o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, órgão responsável pela gestão dos indicadores, metas e projetos nacionais.
- (B) institui o Núcleo de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário, que deverá aprovar os indicadores constantes dos planejamentos estratégicos dos Tribunais Estaduais e Federais.
- (C) aprova os indicadores, metas e projetos de âmbito nacional, comuns a todos os tribunais e que substituem, automaticamente, aqueles anteriormente fixados nos respectivos planejamentos estratégicos.
- (D) estabelece a missão, visão, atributos de valor judiciário para a sociedade e os objetivos estratégicos do Poder Judiciário, aos quais deverão estar alinhados os planejamentos estratégicos dos Tribunais mencionados nos incisos II a VII do artigo 92 da Constituição Federal.
- (E) determina que os Tribunais mencionados nos incisos II a VII do artigo 92 da Constituição Federal estabeleçam, no prazo máximo de 12 meses, indicadores específicos a serem incorporados no Planejamento Estratégico Nacional aprovado pelo CNJ, repletando, anualmente, tal procedimento.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito do Trabalho**

31. O contrato de trabalho pode ser celebrado
- (A) apenas por escrito e expressamente.
  - (B) apenas por escrito e verbalmente.
  - (C) expressamente, de forma escrita ou verbal, ou tacitamente.
  - (D) apenas com a assistência do sindicato da categoria profissional.
  - (E) por escrito e deve ser registrado no órgão competente.
32. A remuneração do trabalho noturno é superior em 20% à do diurno, em decorrência
- (A) de Convenção Coletiva de Trabalho.
  - (B) de Sentença Normativa.
  - (C) de previsão legal.
  - (D) do plano de cargos e salários da empresa.
  - (E) de negociação direta entre empregado e empregador.
33. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho, e para seu retorno,
- (A) deve ser considerado como tempo efetivamente trabalhado, limitado a 1 hora diária.
  - (B) é computado como tempo efetivamente trabalhado, se o local de trabalho for de difícil acesso ou não servido por transporte público, e o empregador fornecer a condução.
  - (C) é computado como tempo efetivamente trabalhado, se a condução for do empregador, independentemente do local onde fica a empresa.
  - (D) é computado como tempo efetivamente trabalhado, somente quando o empregado utiliza transporte público para chegar ao local de trabalho.
  - (E) não é computado como tempo de jornada de trabalho.
34. Se a atividade do empregado é, simultaneamente, insalubre e perigosa, o adicional devido será o
- (A) de maior valor.
  - (B) escolhido pelo empregado.
  - (C) escolhido pelo empregador.
  - (D) da atividade preponderante.
  - (E) de periculosidade, sempre.
35. A segunda parcela do 13<sup>o</sup> salário (gratificação de Natal) será efetuada até o dia
- (A) 15 de dezembro de cada ano.
  - (B) 10 de janeiro do ano subsequente.
  - (C) 20 de dezembro de cada ano.
  - (D) 30 de novembro.
  - (E) que for mais conveniente para o empregador, pois é ele quem assume os riscos da atividade.
36. O afastamento do empregado do serviço por quinze dias, em consequência de doença, configura
- (A) suspensão do contrato de trabalho.
  - (B) interrupção do contrato de trabalho.
  - (C) ausência injustificada.
  - (D) rescisão do contrato de trabalho.
  - (E) alteração do contrato de trabalho.
37. Contrato de experiência celebrado por 29 dias, que foi prorrogado por mais 29 dias,
- (A) pode ser prorrogado por até mais 32 dias, para completar 90 dias.
  - (B) pode ser prorrogado por mais 31 dias, para completar 3 meses.
  - (C) é nulo, pois o sistema legal não ampara a prorrogação do contrato de experiência.
  - (D) não pode mais ser prorrogado.
  - (E) pode ser prorrogado, desde que não ultrapasse o limite máximo de duração de dois anos.
38. Sobre férias:
- (A) Poderão ser gozadas em até 3 períodos, desde que nenhum deles seja inferior a uma semana.
  - (B) O empregado estudante tem direito a fazer coincidir suas férias com as escolares, independentemente da sua idade.
  - (C) O empregado pode trocá-la, integralmente, por dinheiro.
  - (D) A concessão deve ser avisada pelo empregador ao Ministério do Trabalho e aos empregados envolvidos.
  - (E) É do empregador o direito de escolher o período de concessão, desde que o faça no período concessivo correto, sob pena de ter que remunerá-las em dobro.
39. Com relação às regras de proteção ao trabalho da mulher:
- (A) Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 60 (sessenta) dias de licença.
  - (B) Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, de um descanso especial de meia hora.
  - (C) À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade, com duração variável de acordo com a idade da criança adotada.
  - (D) É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, quatro consultas médicas e demais exames complementares.
  - (E) A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória.

**Noções de Direito Processual do Trabalho**

40. O artigo 39 da Consolidação das Leis do Trabalho permite que a Delegacia Regional do Trabalho – DRT encaminhe processo administrativo à Justiça do Trabalho, onde conste reclamação de trabalhador no tocante a recusa de anotação da CTPS pela empresa. Este é um exemplo de exceção ao princípio
- (A) da eventualidade.  
(B) inquisitivo.  
(C) da imediação.  
(D) dispositivo.  
(E) da extrapetição.
41. Constitui pressuposto intrínseco do recurso de revista
- (A) a tempestividade.  
(B) a sucumbência.  
(C) a divergência jurisprudencial.  
(D) a regularidade de representação.  
(E) o preparo.
42. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Sentença homologatória de cálculo.  
II. Despacho que autoriza o levantamento dos depósitos recursais.  
III. Sentença que julga os embargos à execução.  
IV. Sentença proferida em embargos à arrematação.
- É cabível agravo de petição nas hipóteses
- (A) I, II, III e IV.  
(B) II e IV, apenas.  
(C) I, III e IV, apenas.  
(D) II, apenas.  
(E) I e III, apenas.
43. Considere hipoteticamente as seguintes reclamações trabalhistas:
- I. Reclamação trabalhista A: partes: Maria das Graças e Empresa Casa Ltda.; valor da causa: R\$ 26.000,00.  
II. Reclamação trabalhista B: partes: Simone Silva e Empresa Flores Ltda.; valor da causa: R\$ 13.560,00.  
III. Reclamação trabalhista C: partes: Gabriela Sousa e Fundação Pública S; valor da causa: R\$ 11.000,00.  
IV. Reclamação trabalhista D: partes: Felícia Campos e Autarquia Estadual Z; valor da causa: R\$ 19.000,00.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, obedecerão o procedimento sumaríssimo, as demandas que constam em
- (A) I e II, apenas.  
(B) I, II, III e IV.  
(C) III e IV, apenas.  
(D) II e IV, apenas.  
(E) I e III, apenas.
44. Marta ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora doméstica Tatiana. A referida reclamação foi distribuída para a primeira Vara Trabalhista de Maceió. Marta descobriu que, Mônica, esposa do Magistrado da referida Vara, é credora de Tatiana, já que esta deve valores locatícios de imóvel de propriedade de Mônica. Neste caso,
- (A) não há suspeição e nem impedimento do Magistrado.  
(B) há impedimento do Magistrado, podendo ser arguida mediante exceção.  
(C) há suspeição e impedimento do Magistrado, podendo ser arguida mediante exceção.  
(D) há suspeição do Magistrado, podendo ser arguida mediante exceção.  
(E) há incompetência funcional absoluta, que deve ser arguida em preliminar de contestação.
45. Viviane compareceu ao distribuidor da Justiça Trabalhista objetivando a propositura de uma reclamação trabalhista verbal. Após a sua distribuição, Viviane foi advertida de que deveria comparecer na secretaria da Vara competente no prazo de cinco dias para que a reclamação trabalhista fosse reduzida a termo. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, se Viviane não comparecer na referida secretaria, sem justo motivo, dentro do respectivo prazo,
- (A) incorrerá na pena de perda, pelo prazo de 6 (seis) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.  
(B) incorrerá na pena de perda, pelo prazo de 12 (doze) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.  
(C) não ocorrerá a redução a termo da reclamação verbal e Viviane somente poderá ajuizar ação escrita através de advogado ou do sindicato da categoria.  
(D) não ocorrerá a redução a termo da reclamação verbal e Viviane poderá ajuizar novamente reclamação verbal após dez dias do arquivamento da distribuição anterior.  
(E) não ocorrerá a redução a termo da reclamação verbal e Viviane poderá ajuizar novamente reclamação verbal após trinta dias do arquivamento da distribuição anterior.
46. No tocante aos prazos processuais, considere:
- I. Quanto à origem da fixação, o prazo estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho para o executado pagar ou garantir a execução em 48 horas classifica-se como um prazo judicial.  
II. Os prazos dilatórios não admitem a prorrogação pelo juiz, inclusive quando solicitado pela parte.  
III. Os prazos fixados pelo ordenamento jurídico e destinados aos juízes e servidores do Poder Judiciário, não sujeitos a preclusão, classificam-se, quanto aos destinatários, em impróprios.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.  
(B) I.  
(C) I e II.  
(D) II e III.  
(E) III.



47. Ricardo foi contratado pela empresa "Fazenda Ltda.", para exercer a função de montador de estande em feiras agropecuárias. Considerando que Ricardo reside em Marechal Deodoro e que a sede da empresa é em Maceió, local da celebração do contrato, bem como que as feiras agropecuárias não ocorrem na referida capital e sim em diversas cidades interioranas, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, eventual reclamação trabalhista, no tocante à competência territorial deverá ser ajuizada

- (A) obrigatoriamente em Marechal Deodoro.
- (B) obrigatoriamente em Maceió.
- (C) obrigatoriamente no local em que prestou serviços em último lugar.
- (D) em Maceió ou Marechal Deodoro.
- (E) em Maceió ou no local da prestação dos respectivos serviços.

48. Dispõe a legislação competente que no caso de indeferimento da petição inicial, o autor poderá recorrer, sendo facultado ao juiz, no prazo legal, reformar a decisão. Nesse caso, no tocante aos efeitos dos recursos, esta possibilidade de reforma da decisão pelo Magistrado trata-se, especificamente, do efeito

- (A) regressivo.
- (B) substitutivo.
- (C) translativo.
- (D) devolutivo.
- (E) do processamento subjetivo.

#### Noções de Direito Constitucional

49. Ygor Marcello, 18 anos, nascido em São Paulo, reside em Belo Horizonte, onde é famoso como cantor de pagode, além de admirado, por seu dinamismo, entre os colegas do quartel em que presta o serviço militar obrigatório. Pretende se candidatar a vereador na capital mineira. Conforme determina a Constituição federal, Ygor

- (A) não tem a idade mínima para ser eleito vereador.
- (B) deve confirmar, junto ao Ministério da Justiça, sua opção pela nacionalidade brasileira antes da candidatura.
- (C) não é elegível por se encontrar conscrito.
- (D) deverá cumprir prestação alternativa para substituir eventuais faltas que venha a ter no serviço militar em decorrência de sua campanha eleitoral.
- (E) prescinde de filiação partidária para se candidatar.

50. Sobre a disciplina constitucional da associação sindical, considere:

- I. A independência e a autonomia dos sindicatos são asseguradas mediante autorização do Estado para sua fundação e manutenção, aferidas pelo registro no órgão competente.
- II. Os sindicatos podem se auto-organizar, sendo vedada, porém, a participação dos aposentados filiados nas decisões a serem tomadas.
- III. Os sindicatos podem promover a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- IV. Não há obrigatoriedade de filiação sindical, mas apenas da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

51. Isaura Beatriz de las Nieves, juíza do trabalho do primeiro grau há 15 anos, nos termos do estatuto constitucional da magistratura,

- (A) não pode exercer qualquer outro cargo ou função.
- (B) deve proferir suas decisões de modo público e fundamentado, não podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados.
- (C) não será promovida se retiver, injustificadamente, autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- (D) não poderá ser promovida por merecimento, em razão de sua antiguidade.
- (E) pode dedicar-se à atividade político-partidária no âmbito estadual.

52. No sistema de separação de poderes adotado pelo Brasil, a regra é a indelegabilidade das atribuições de cada poder. Todavia, há casos em que a Constituição federal atenua essa regra. Assim, o Presidente da República pode delegar a atribuição de

- (A) vetar parcialmente projetos de lei.
- (B) dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (C) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- (D) decretar e executar a intervenção federal.
- (E) promover os oficiais-generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.



<p>53. Sobre os servidores públicos, conforme determina a Constituição federal, considere:</p> <p>I. É estável o servidor público nomeado para cargo de provimento derivado ou efetivo, em virtude de concurso público, após dois anos de efetivo exercício.</p> <p>II. O servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.</p> <p>III. Se for invalidada, por sentença judicial, a demissão de um servidor estável, ele será reintegrado. Nesse caso, o eventual ocupante da vaga, se também estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou será aproveitado em outro cargo ou será posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>57. Em procedimento licitatório promovido pelo Estado de Alagoas, não acudiram interessados no certame. Se o mencionado procedimento licitatório, justificadamente, não puder ser repetido sem prejuízo para o Estado, e desde que mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas,</p> <p>(A) deve, obrigatoriamente, ser realizado outro certame licitatório com modalidade idêntica à do anterior. (B) deve, obrigatoriamente, ser realizado outro certame licitatório com modalidade diversa do anterior. (C) é dispensável a licitação. (D) deve, necessariamente, ser prorrogado o certame. (E) é inexigível a licitação.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Administrativo</b></p> <p>54. O Governo Federal, ao instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, incluiu, entre seus objetivos, a prioridade nas aquisições e contratações governamentais, para: (a) produtos reciclados e recicláveis; (b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. O tema em questão está associado ao seguinte princípio relativo às licitações públicas:</p> <p>(A) adjudicação compulsória. (B) licitação sustentável. (C) julgamento objetivo. (D) ampla defesa. (E) vinculação ao instrumento convocatório.</p>	<p>58. Lúcio, servidor público federal, praticou ato administrativo desrespeitando a forma do mesmo, essencial à sua validade. O ato em questão</p> <p>(A) admite convalidação. (B) não comporta anulação. (C) é necessariamente legal. (D) comporta revogação. (E) é ilegal.</p>
<p>55. Carlos Eduardo, servidor público estadual e chefe de determinada repartição pública, adoeceu e, em razão de tal fato, ficou impossibilitado de comparecer ao serviço público. No entanto, justamente no dia em que o mencionado servidor faltou ao serviço, fazia-se necessária a prática de importante ato administrativo. Em razão do episódio, Joaquim, servidor público subordinado de Carlos Eduardo, praticou o ato, vez que a lei autorizava a delegação. O fato narrado corresponde a típico exemplo do poder</p> <p>(A) disciplinar. (B) de polícia. (C) regulamentar. (D) hierárquico. (E) normativo-disjuntivo.</p>	<p>59. Alice, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, encontrava-se em seu local de trabalho, exercendo normalmente suas atribuições, quando foi surpreendida por um particular que lhe dirigiu graves xingamentos, ofensivos à sua moral. Alice, abalada emocionalmente, ofendeu fisicamente o particular. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Alice</p> <p>(A) está sujeita à pena de repreensão. (B) não sofrerá punição, haja vista ter agido em legítima defesa. (C) cometeu ato de improbidade e pode sofrer a suspensão dos seus direitos políticos por 8 (oito) anos. (D) está sujeita à pena de demissão. (E) não sofrerá punição, mas terá o episódio registrado em seu prontuário, para fins de antecedentes funcionais.</p>
<p>56. Roberto, empresário, ingressou com representação dirigida ao órgão competente da Administração pública, requerendo a apuração e posterior adoção de providências cabíveis, tendo em vista ilicitudes praticadas por determinado servidor público, causadoras de graves danos não só ao erário como ao próprio autor da representação. A Administração pública recebeu a representação, instaurou o respectivo processo administrativo, porém, impediu que Roberto tivesse acesso aos autos, privando-o de ter ciência das medidas adotadas, sendo que o caso não se enquadrava em nenhuma das hipóteses de sigilo previstas em lei. O princípio da Administração pública afrontado é a</p> <p>(A) publicidade. (B) eficiência. (C) isonomia. (D) razoabilidade. (E) improbidade.</p>	<p>60. Mateus, agente público, recebeu vantagem econômica, diretamente de Bruno, para tolerar a exploração de jogo de azar por parte deste último. Nos termos da Lei nº 8.429/92, a conduta de Mateus</p> <p>(A) constitui ato ímprobo causador de prejuízo ao erário. (B) constitui ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito. (C) não constitui ato ímprobo, embora seja conduta criminosa. (D) constitui ato ímprobo, na modalidade atentatória aos princípios da Administração pública. (E) não constitui ato ímprobo, mas caracteriza falta funcional passível de punição na seara administrativa.</p>



**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

**Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, ou apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.
- A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

**Texto I**

*Uma coisa é o trabalho da pesquisa na medicina, outra coisa é a apropriação da medicina e da pesquisa para fins de mercado. Não obstante, mesmo na apropriação do mercado é preciso distinguir aqueles que o fazem dentro de limites éticos e os que não têm esses limites.*

(Adaptado de: ROMANO, Roberto. **Jovem para Sempre**, em Polêmicas Contemporâneas, São Paulo, Sesc/Lazuli, 2004, p. 38)

**Texto II**

*Gastrite, laringite, otite, diabete, artrose são termos bastante conhecidos. Os sufixos “ose” e “(vogal)te” são utilizados no jargão técnico das ciências médicas para designar patologias ou morbidades, infecções e inflamações, doenças e desordens. No entanto, como ocorre com o termo “celulite”, esses mesmos sufixos têm sido usados para nomear condições normais do corpo humano.*

(Adaptado de: COUTINHO, Marília. **Série Açougue**, disponível em: <http://blogueirasfeministas.com>)

Com base nos textos acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

**Ética e mercado na prática científica**

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30